



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**CAMILA DE ANDRADE COELHO SILVA**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: A VOZ DE FAMÍLIAS DE UMA ESCOLA  
PARTICULAR DE SALVADOR**

Salvador

2014

**CAMILA DE ANDRADE COELHO SILVA**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: A VOZ DE FAMÍLIAS DE UMA ESCOLA  
PARTICULAR DE SALVADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Marlene Oliveira dos Santos

Salvador

2014

**CAMILA DE ANDRADE COELHO SILVA**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: A VOZ DE FAMÍLIAS DE UMA ESCOLA  
PARTICULAR DE SALVADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Salvador, 06 de fevereiro de 2014.

**Banca Examinadora**

Marlene Oliveira dos Santos – Orientadora \_\_\_\_\_

Mestre em Educação

Universidade Federal da Bahia

Maria Izabel Souza Ribeiro \_\_\_\_\_

Mestre em Educação

Universidade Federal da Bahia

Heloísa Helena Tourinho Monteiro \_\_\_\_\_

Mestre em Educação

Universidade Federal da Bahia

## **AGRADECIMENTOS**

São tantos, e tão especiais...

A DEUS pela infinita paz e amor incondicional.

À minha mãe pelo seu amor, orgulho e força.

A meu pai pelo seu amor e por ser minha grande referência.

Aos meus irmãos pelo carinho. À Jéssica pela preocupação em saber se o trabalho estava concluído ou não.

À Lavínia por colorir a minha vida.

A meu amor Rodrigo, pela sensibilidade e união.

Às minhas amigas da UFBA, Fernanda, Gabriela, Stella, Luziane e Marcília pela verdadeira amizade.

Às minhas amigas que estão comigo bem antes do início dessa caminhada, principalmente Adrielle, Bamy, Ivana, Juliana, Tamily e Lorena.

À minha orientadora Marlene Oliveira dos Santos por toda direção.

À família Gira Girou pelas portas sempre abertas.

À Andréa Alves por todo apoio nessa fase final acadêmica e pela prestatividade.

À Gegê por inspirar meu ser educador.

Aos pais entrevistados, pela disponibilidade e ajuda nessa pesquisa.

Às crianças do Integral 2013 que tanto me ensinaram com seus carinhos e verdades.

À Juliana e Danúbia pela ajuda e generosidade nessa etapa final.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo investigar quais as concepções das famílias sobre a avaliação da aprendizagem de seus filhos em uma escola particular de Educação Infantil de Salvador. Sabe-se da necessária relação que deve existir entre a escola e as famílias, como forma de compartilhar o conhecimento e o processo de desenvolvimento da criança. Sendo assim, essas famílias devem assumir um papel ativo nesse processo de aprendizagem da criança e estabelecer relações para serem parceiros educativos dos docentes. Para trilhar o caminho e o método da pesquisa, adotou-se a pesquisa exploratória dentro da perspectiva qualitativa, utilizando a entrevista como instrumento de coleta de dados, nesse caso, os pais. O levantamento bibliográfico se baseou nos teóricos Micarello (2010), Bassedas, Huguet e Solé, (1999), Lopes (2003), Depresbiteris e Tavares (2009) e Bondioli e Sávio (2013) por apresentarem a avaliação na EI numa proposta que evidenciam a criança como protagonista no processo de avaliação e ressalva a família como grande colaboradora desse processo. Também esses autores explanam tipos de registros que podem ser utilizados na observação e acompanhamento das práticas pedagógicas. Os resultados da pesquisa mostram as concepções dos pais entrevistados acerca da avaliação na EI onde compreendem a avaliação como uma forma de relatar o processo de aprendizagem da criança, evidenciando o seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Avaliação da aprendizagem. Avaliação na Educação Infantil. Família.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>10</b>
2.1	DOCUMENTOS LEGAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
2.2	OBSERVAÇÃO E REGISTRO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	18
2.3	A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PESQUISADA: EM BUSCA DE CONCEPÇÕES	26
<b>3</b>	<b>CAMINHOS E MÉTODOS DA PESQUISA</b>	<b>28</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DA PESQUISA	30
3.2	ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	32
<b>4</b>	<b>A VISÃO DOS PAIS SOBRE A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>35</b>
4.1	AVALIAR PARA REFLETIR E COMPARTILHAR- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	38
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>57</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao ingressar na Universidade Federal da Bahia no primeiro semestre do ano de 2010, trouxe comigo diversos sentimentos: felicidade, dúvida, (in)certeza, tranquilidade entre outros. A cada semestre, novos docentes e componentes curriculares passam a nos moldar e deixam algo significativo na nossa aprendizagem e caminhada.

Ao longo dessa caminhada as certezas de que rumo seguir, em que etapa trabalhar e a que público lecionar, vão chegando nesse movimento natural que acontece no mundo universitário. Nesse fluxo, a Educação Infantil (EI) surge na minha vida como a construção para o novo, promovendo uma ruptura de identidade na qual pensava ser inflexível, pois desde o início não tinha afeição em trabalhar na área.

O interesse em pesquisar sobre a avaliação da aprendizagem na EI surgiu quando me envolvi no ambiente de educação voltada à infância no ano de 2012. A partir deste momento, passei a me questionar como acontecia uma avaliação destinada a crianças de 0 a 5 anos de idade, ainda que com um entendimento proporcionado pelo componente curricular EDC290 Educação Infantil no qual abriu um leque de conhecimento para diversos temas alicerçados à infância.

Algum tempo depois, já amadurecida pela temática no qual escreveria, me questionei sobre a importância da família na sua relação com ambiente escolar em que seus filhos estão inseridos. A participação dessas famílias como colaboradoras no processo de aprendizagem da criança se faz necessária e é imprescindível para o seu sucesso escolar.

O processo de avaliação da criança na escola conta-se então com a colaboração da família, que possui mais elementos para compreender a criança que tem alguma história particular. É importante escutar as famílias para que elas relatem suas opiniões sobre o acontecer do processo pedagógico da criança, logo a forma que são avaliadas.

Dessa forma, defino o problema da pesquisa: qual a concepção das famílias sobre a avaliação da aprendizagem de seus filhos em uma escola particular de EI de Salvador?

O objetivo geral dessa pesquisa então é investigar quais as concepções das famílias sobre a avaliação da aprendizagem de seus filhos em uma escola particular de EI de Salvador.

A partir disso, nascem os objetivos específicos, sendo eles: identificar qual o ponto de vista das famílias sobre a avaliação de aprendizagem de seus filhos matriculados na pré-escola em uma escola particular de Salvador; compreender o que as famílias consideram importante no processo de avaliação da aprendizagem de seus filhos e analisar, na perspectiva da família qual a sua participação no processo de avaliação da aprendizagem de seus filhos.

Para o embasamento teórico dessa pesquisa me baseei em Micarello (2010), Bassedas, Huguet e Solé, (1999), Lopes (2003), Depresbiteris e Tavares (2009), pois esses teóricos em seus textos trazem um apanhado rico sobre a avaliação na EI e contribuições que orientam o docente nesse processo, remanejando a sua prática pedagógica, além de trazer possibilidades de registros da avaliação.

Bondioli e Sávio (2013) são importantes nesse trabalho de escrita por trazerem a avaliação na EI no contexto da educação italiana, que conta com educação participativa das famílias, sendo mais um reforço para a pesquisa no qual saliento a importância da relação escola-casa.

A metodologia da presente pesquisa se baseia numa perspectiva qualitativa, onde utilizo a pesquisa de cunho exploratório. Utilizei o instrumento de entrevista para conhecer as concepções de seis pais sobre o tema avaliação da aprendizagem na EI. A entrevista foi realizada na mesma instituição na qual esses pais têm os seus filhos matriculados.

O estudo está organizado em quatro capítulos, neste apresento o trabalho, a justificativa do tema, o problema de pesquisa e seus objetivos (geral e específicos), os principais autores e a metodologia adotada.

O segundo capítulo “A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil” refere-se à fundamentação teórica com o levantamento bibliográfico acerca do tema avaliação da aprendizagem na EI.

O terceiro capítulo “Caminhos e métodos da pesquisa” conta com a metodologia, no qual explico os métodos e caminhos da pesquisa.

O quarto capítulo “A visão dos pais sobre a concepção de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil” é voltado para a discussão da análise de dados onde confronto as concepções dos pais entrevistados, com o teórico e minha posição sobre o tema.

O trabalho segue então com as “Considerações finais” onde constato nas falas dos pais as possíveis concepções de avaliação da aprendizagem na EI.

## 2 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, apresentou nos últimos vinte anos muitos avanços. Seja pela quantidade e qualidade das publicações e trabalhos acadêmicos – que têm revelado ruptura com paradigmas tradicionais, propondo um novo olhar sobre a criança e a educação da infância –, seja pelos cursos de formação de pedagogos (as), que vêm incluindo componentes curriculares e conteúdos específicos desta etapa da Educação Básica.

As instituições que oferecem a EI, integrantes dos sistemas de ensino tanto do público como particular, são as creches e as pré-escolas. Para estas, a divisão se dá pelo critério exclusivo de faixa etária (zero a três anos na creche e quatro e cinco anos na pré-escola).

“Inegavelmente, deve ser vista com otimismo a intensidade da reflexão que vem sendo feita, em todo o Brasil, sobre os diversos ângulos da educação oferecida as crianças e jovens”. (DEPRESBITERIS; TAVARES, 2009, p. 7). Dessa forma, essas reflexões incentivam e renovam a forma de se conceder a educação, valorizando o processo de aprendizagem voltado a esse público. Diante disso, uma importante conquista nos dias de hoje, se refere ao avanço qualitativo com relação à avaliação, no qual diversos autores trazem, em suas publicações uma nova temática, contribuições significativas e propostas de mudanças no que se refere às instituições educativas, evidenciando a criança como sujeito do processo.

Diariamente somos convocados a praticar um olhar observador sobre inúmeros fatos, momentos e situações. Na perspectiva de Guerra (2003 apud MAIA, 2007, p.1), a avaliação é entendida como um caminho para a aprendizagem. Neste sentido, Roldão (2004, p. 39 apud MAIA, 2007, p.2) nos esclarece que avaliar é indispensável em qualquer atividade educativa, isto é, faz parte de qualquer processo educativo. Aliás, ensinar e avaliar constituem-se dois elementos interdependentes e indissociáveis.

Sobre o processo de avaliação da aprendizagem, Luckesi (2008, p.85) reflete que:

a avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.

Quando pensamos na EI, como imaginar uma avaliação destinada a crianças de zero a cinco anos de idade? Nesse sentido, Hoffmann (2006, p.11 apud RAIZER, 2007, p.49) afirma que:

[...] a avaliação na educação infantil, origina-se de fatores sócios-culturais próprios e passa a exigir, nessa década de expansão de políticas públicas para o atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos, uma séria reflexão a respeito dos seus pressupostos fundamentais.

Também, Bassedas, Huguet e Solé, (1999, p. 173) refletem que:

nessa etapa, a finalidade básica da avaliação é que sirva para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula.

Assim, quando o docente avalia, não faz somente em relação à evolução da criança, mas também ao projeto e à intervenção educativa. A avaliação nesse segmento cumpre o papel de oferecer elementos para que os professores conheçam melhor às crianças com as quais trabalham, bem como as suas características pessoais e grupais, suas particularidades, emoções, reações, vontades, interesses e modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas, transformando-a. Segundo Micarello (2010, p.3), “a avaliação deve objetivar um conhecimento mais aprofundado das crianças para que os adultos sejam capazes de mediar, de forma mais adequada, as relações entre elas e o ambiente no qual estão inseridas.”

A EI se baseia no tripé cuidar-brincar-educar e apresenta-se como uma etapa fundamental para o desenvolvimento das crianças. Dessa forma a avaliação realizada nesta etapa também deve ser vivida de forma a contribuir para o desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, Vasconcellos (1993) nos concede uma importante reflexão sobre a relação entre a avaliação e a EI.

A Educação Infantil tem um papel muito importante na formação da criança e, em especial, com relação a avaliação, pois onde socialmente se tem hoje maiores espaços de se fazer um trabalho mais democrático e significativo, em função das menores cobranças formais. (VASCONCELLOS, 1993, p.59).

Para os docentes que atuam na EI, a avaliação fornece elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novas formas de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual e de todo grupo. Formal ou informalmente, toda vez que uma criança fala, brinca, responde e se envolve nas atividades propostas, está sendo observada por seus professores.

Assim, depois de tudo que foi explanado, é importante planejar numa realização de avaliação coerente com essa etapa de ensino, pensando na criança como sujeito protagonista desse processo.

O próximo tópico irá se referir aos documentos legais que direcionam o acontecer da avaliação na educação infantil e as suas reflexões.

## 2.1 DOCUMENTOS LEGAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir de inúmeras leituras de documentos que embasam e direcionam a avaliação na EI, destaco as reflexões trazidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), o Parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB Nº 20/2009, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação

Nacional nº 9.394/96 e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, volumes 1, 2 e 3, no qual evidenciam a importância da avaliação na primeira etapa da Educação básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil nos fornecem dois artigos que nos orientam sobre a avaliação nesta etapa. O artigo 10 esclarece como deve se dar o processo de avaliação da criança e pontua sobre as possibilidades de elementos que devem conter nos registros elaborados pelos docentes.

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
  - II - a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
  - III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança;
  - IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
  - V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.
- (BRASIL, 2009, p. 4).

O artigo 11 traz reconhecimento da especificidade do trabalho que se realiza na EI e a importância de uma continuidade entre as experiências que as crianças vivem nessa etapa da Educação Básica e aquelas que viverão no Ensino Fundamental.

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (BRASIL, 2009, p.5).

O parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB nº 20/2009 faz uma revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e traz a avaliação como instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem incluindo as atividades propostas e o modo como estas foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às relações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material ofertado e o tempo/espço garantidos para a realização das atividades.

Ainda o parecer nº 20/2009 do CNE/CEB relata o acompanhamento da continuidade do processo de educação, assim as instituições de educação infantil devem priorizar a observação atenta das crianças e mediar às relações que elas estabelecem entre si, entre elas e os adultos, entre elas e as situações e objetos, para orientar as mudanças e turmas pelas crianças e acompanhar seu processo de vivência e desenvolvimento no interior da instituição.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional Nº 9.394/96 pontua no artigo 31 que na EI a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996, p. 12). Ou seja, a avaliação, conforme estabelecido na Lei nº 9.394/96, deve ter a finalidade de acompanhar e repensar o trabalho realizado.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em seu livro de Introdução, volume 1 (BRASIL, 1998), no item Organização do Referencial Curricular Nacional para a educação infantil localiza-se o tópico “Observação, registro e avaliação formativa” que remete a uma visão de avaliação como um conjunto de ações que auxiliam o professor a repensar sobre as condições de aprendizagem oferecidas e (re) ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. A avaliação nessa etapa então deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças.

É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (BRASIL, 2008, v.1 p.59).

Esse documento traz a observação e o registro como pilares para que os professores direcionem a sua prática. Dessa forma então,

por meio deles o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo que revelam suas particularidades. (BRASIL, 2008, v.1, p.58).

As crianças como sujeitos principais no processo de avaliação devem acompanhar suas conquistas, dificuldades e suas possibilidades ao decorrer da aprendizagem, assim os professores devem partilhar dos registros sinalizando os avanços e superações das dificuldades das crianças. Pensando dessa forma então,

outro ponto importante de se marcar, refere-se à representação que a criança constrói sobre a avaliação. O professor deve ter consciência de que a forma como a avaliação é compreendida, na instituição e por ele próprio, será de fundamental importância para que a criança possa construir uma representação positiva da mesma. (BRASIL, 2008, v.1 p.60).

No volume 2 do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, “Formação Pessoal e Social” no item Orientações gerais para o professor traz como no RCNEI volume 1, um tópico referente a Observação, registro e avaliação formativa”. Neste, o documento orienta o professor que a observação da forma de se expressar da criança, sua concentração e envolvimento nas atividades e sua satisfação com as produções e conquistas são importantes para o acompanhamento e a avaliação, permitindo um replanejamento da ação

pedagógica. Ainda acrescenta uma importante observação quanto a avaliação formativa que “deve-se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas.” (BRASIL, 2008, v.2, p.65).

No volume 3 do mesmo documento é abordado o “Conhecimento de mundo”, subdividido em Movimento, Música, Artes visuais, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática. Para cada área são apresentadas “Orientações gerais para o professor” que incluem “Observação, registro e avaliação formativa”. Na área de movimento, a avaliação serve como instrumento para saber se a criança está desenvolvendo uma motricidade saudável e isso se associa com o ambiente da instituição e com o trabalho realizado. A avaliação então deve ser contínua, levando em conta os processos da criança, também como um instrumento para que o professor reorganize seus objetivos, procedimentos, atividades. É por essa avaliação que o professor ao acompanhar a criança na sua singularidade ou em grupo, possa conhecê-la mais.

É necessária que a expressividade e os movimentos da criança ao serem documentadas, sejam registradas suas mudanças e conquistas. “A observação cuidadosa sobre cada criança e sobre o grupo fornece elementos que podem auxiliar na construção de uma prática que considere o corpo e o movimento das crianças.” (BRASIL, 2008, v.3 p.40).

Na área da música, a avaliação deverá se basear na observação cuidadosa do professor e o registro das suas observações da criança/ grupo, poderá ser constituído de várias formas: aspectos do desenvolvimento vocal (se cantam e como), ao desenvolvimento rítmico, a capacidade de criar e memorizar a música. Dessa forma, a avaliação tem um caráter instrumental para o professor e incide sobre os progressos apresentados pelas crianças.

A avaliação na área de música deve ser contínua, levando em consideração os processos vivenciados pelas crianças, resultado de um trabalho intencional do professor. Deverá constituir-se em instrumento para a reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades, e como forma de

acompanhar e conhecer cada criança e grupo. (BRASIL, 2008, v.3 p.71).

Em artes visuais, a avaliação deve buscar entender o processo de cada criança, o significado que cada trabalho comporta, afastando julgamentos que em nada acrescentam o processo educativo. Nesse sentido o RCNEI esclarece que:

quando se aborda a questão da avaliação em Artes Visuais, surge inevitavelmente a discussão sobre a possibilidade de realizá-la, posto que as produções em artes são sempre expressões singulares do sujeito produtor e, sendo assim, não seriam passíveis de julgamento. (BRASIL, 2008, v.3 p.113).

O professor deverá fazer uma observação constante do grupo e o registro dessas observações fornecerão elementos importantes que poderão orientar na escolha de conteúdos a serem trabalhados e adequados para as crianças. Pensando na avaliação e seguindo essa linha de pensamento, o RCNEI afirma também que:

em Artes Visuais a avaliação deve ser sempre processual e ter um caráter de análise e reflexão sobre as produções das crianças. Isso significa que a avaliação para a criança deve explicitar suas conquistas e as etapas do seu processo criativo; para o professor, deve fornecer informações sobre a adequação de sua prática para que possa repensá-los e estruturá-los sempre com mais segurança. (BRASIL, 2008, v.3 p.113).

Quando o RCNEI trata da avaliação na linguagem oral e escrita, esclarece que deverá se dar de forma sistemática e contínua ao longo do processo de aprendizagem. Ressalta também a importância de fazer um levantamento inicial sobre o conhecimento prévio das crianças sobre a escrita, a leitura e a linguagem oral para se pensar na prática a ser realizada. Mais uma vez o documento mostra que a observação é um importante meio para as situações de avaliação.

É possível aproveitar as inúmeras ocasiões em que as crianças falam, leem e escrevem para se fazer um acompanhamento de seu progresso. A observação é o principal instrumento para que o professor possa avaliar o processo de construção da linguagem pelas crianças. (BRASIL, 2008, v.3 p.157).

Já na área natureza e sociedade, o referencial aborda que é de suma importância propiciar às crianças o contato direto com o ambiente. Dessa forma, a avaliação implica numa reflexão do professor sobre o processo de aprendizagem e sobre as condições oferecidas por ele para que ela possa acontecer.

Por fim, o RCNEI traz a área da matemática, na qual a proposta da avaliação é mapear e acompanhar o pensamento da criança sobre as noções de matemática, para reorientar práxis pedagógicas do docente. Dessa forma,

a avaliação representa, neste caso, um esforço do professor em observar e compreender o que as crianças fazem, os significados atribuídos por elas aos elementos trabalhados nas situações vivenciadas. Esse é um processo relacionado com a observação da criança nos jogos e atividades e de seu entendimento sobre diferentes domínios que vão além da própria Matemática. (BRASIL, 2008, v.3 p.231).

Os documentos supracitados possuem grande importância no que tange esclarecer a forma que esse processo deve acontecer nas instituições educativas para a infância. Mais além, beneficia os docentes dessa área com instruções valiosas para se pensar na sua prática, no seu planejamento, no seu grupo e na criança particularizada. O item a seguir refere-se à observação realizada na escola pelos docentes e sua ligação com o registro, como forma de buscar novas reflexões durante o processo de avaliação.

## 2.2 OBSERVAÇÃO E REGISTRO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A observação é vista como um importante instrumento de avaliação, com o objetivo de fornecer informações detalhadas sobre o desempenho do

aluno, também como embasar as informações em registros que servem como mapa de acompanhamento da aprendizagem do educando.

Segundo Vasconcellos (1993, p. 59), “a avaliação na Educação Infantil se pauta basicamente pela observação e registro”. Observar não é olhar. Há uma diferença primordial entre olhar (perceber) e observar (pensar sobre a presença de algo). Pensando dessa forma, Depresbiteris e Tavares (2009, p.122) afirmam que:

a observação é definida como um tipo de percepção cuja a característica primordial é a intencionalidade, pela qual a pessoa pensa o que a circunda. Essa é uma das razões pelas quais a observação deve ser sistemática, planejada, premeditada, visando, como resultado, as informações mais ricas e precisas sobre o que observam.

Ainda segundo Depresbiteris e Tavares (2009, p. 123), o propósito da observação é gerar informações detalhadas e aprofundadas sobre o desempenho do educando tendo intencionalidade.

Observar é diferente de constatar. A observação tem intencionalidade precisa. O observador procura sempre compreender algo sobre o fenômeno que está analisando. Assim, a observação requer inteligência, vontade e estratégias (AFOLDI apud DEPRESBITERIS; TAVARES, 2009, p.122).

O registro tem a função de subsidiar o professor com reflexões críticas acerca das atividades elaboradas, aprendizado e desenvolvimento dos alunos, sua atuação em sala, também como as necessidades do grupo. Segundo Lopes (2003, p. 2), “o ato de refletir implica distanciamento, aprofundamento e pode ser caracterizado como o esforço de voltar-se à realidade com clareza, profundidade e abrangência.” Acrescenta ainda que o “registro favorece, então, a construção de uma prática sistemática de reflexão”.

Registrando o professor conversa consigo mesmo, interage, analisa, reflete e vai além, busca vencer dificuldades, procura aperfeiçoar sua ação, percebe problemas e elabora meios para superá-los. Sua ação torna-se mais intencional, mais consciente, mais clara, pois tem como ponto central a reflexão, que possibilita a transformação. Além disso, toma consciência daquilo que está bom, de propostas “bem-sucedidas”, de aspectos positivos. (LOPES, 2003, p.2).

Micarello (2010) considera a importância das observações, sendo necessário que elas sejam registradas, para que não se percam e possam ser compartilhadas entre os docentes, com as crianças e com as famílias. Os registros constituem a “documentação específica” de que trata o inciso IV do artigo 10 das Diretrizes e devem acompanhar a criança no seu ingresso no ensino fundamental para que os docentes que a receberão possam conhecê-la melhor, acolher suas necessidades e estabelecer uma continuidade em relação ao trabalho já realizado com ela na EI. Desta forma, entendemos que:

[...] o ato de escrever propicia a discussão interior, a interlocução com o outro, mesmo na ausência, a organização e a solidificação do pensamento. Ao elaborarmos a reflexão escrita, nos damos conta do que já sabemos e do que nos falta conhecer. (SME, 1989, p.12 apud LOPES, 2003, p.2).

Diversos estudos sobre a avaliação da aprendizagem na EI incluem um leque de possibilidades de registros que as escolas e os docentes possuem para organizar o acompanhamento do trabalho pedagógico. A avaliação da aprendizagem deve ter como compromisso o acompanhamento das aprendizagens construídas e o mapeamento do desenvolvimento conquistado. Porém, muitas práticas avaliativas na EI são consideradas classificatórias, uma vez que:

[...] o modelo de avaliação classificatória se faz presente nas instituições de Educação Infantil quando, para elas, avaliar é registrar ao final de um semestre os ‘comportamentos que a criança apresentou’ [...] (HOFFMANN 2006, p.12 apud RAIZER, 2007, p. 47).

A partir disso é necessário um instrumento de acompanhamento do trabalho pedagógico, que explique as formas de expressão da criança e sua participação e vivências nos projetos. Aqui citarei alguns instrumentos de registros que podem ser utilizados no acompanhamento das práticas pedagógicas:

a) O PLANEJAMENTO;

As práticas pedagógicas na EI necessitam do planejamento pois, sem ele as atividades planejadas e propostas as crianças acabam se tornando ações com um fim em si mesmas, desconectadas umas das outras e que não alcançam plenamente seus objetivos. Porém não é somente prever o que será feito e sim avaliar os resultados do que foi planejado e executado, principalmente a forma que as crianças responderam e acolheram nas suas propostas.

Conforme Lopes (2003, p.2), “ao pensarmos com antecedência e com clareza nos objetivos e nas formas de alcançá-los, planejando e detalhando as etapas previstas, orientamos nossa atuação, aprimorando nossa prática.”

Para os docentes, é importante que eles registrem o que existiu de positivo e negativo no desenvolvimento das atividades e o que poderá ser modificado da próxima vez.

Para Micarello (2010, p.6), “além do planejamento, os registros são fundamentais para o acompanhamento desse processo de inserção e para a continuidade do trabalho pedagógico.” É necessário que o professor registre as observações realizadas durante todo o processo, para ter condições de ir redirecionado seu trabalho no sentido de ajudar os alunos a construir novos conhecimentos. Os registros de cada dia servirão de subsídios para o professor planejar o dia seguinte.

## b) O PORTFÓLIO;

O portfólio é um documento que comunica a representação do processo vivido pela criança na escola. Além disso, o portfólio deve ser considerado não apenas como um procedimento de avaliação, mas como um eixo organizador do trabalho pedagógico em virtude da relevância que passa a ter durante o processo.

Lopes (2003, p.3) afirma que “o portfólio pode ser caracterizado como o registro que é realizado posteriormente à ação, como documento para finalização de uma sequência didática, de um projeto, de uma atividade.” Deste modo, os portfólios podem ser vistos como uma coleção de registros, etapas, vivências, fotografias do processo e também amostras das produções dos alunos. Para Depresbiteris e Tavares (2009, p.150), “a finalidade básica do portfólio é fomentar uma série de produções do educando ao longo do curso”

O portfólio não deve ser entendido como arquivos de trabalhos produzidos ao longo do semestre ou ano. Segundo a reflexão de Easley e Mitchell (apud DEPRESBITERIS; TAVARES 2009, p.150):

arquivo é simplesmente a coleção de trabalhos dos alunos. O portfólio é a seleção refinada desses trabalhos, fazendo parte de um processo de avaliação que ensina, ao educando, avaliar é apresentar as próprias produções. No portfólio valorizam-se todas as etapas, mesmo aquelas ainda não finalizadas.

Os docentes podem elaborar dois tipos de portfólios, sendo coletivo e outro individual. O primeiro abrange uma coleção de atividades realizadas em grupo. Para Micarello (2010, p.7) “pode compô-los atividades produzidas pelas crianças, assim como as impressões delas com relação a diferentes situações.”

Já o portfólio individual reúne as produções de cada criança, registrando diferentes momentos e vivências delas na instituição. Segundo Micarello (2010, p.7):

as rodas de conversa podem ser um ótimo momento para que as crianças participem da escolha dos materiais que vão compor o portfólio e para ver e recordar o que já foi feito, discutindo sobre as impressões das crianças com relação a esses materiais.

É importante que o professor relate a autonomia do aluno perante todo o trabalho, pois o portfólio facilita a compreensão do processo de aprender do aluno, por parte de seus familiares e responsáveis.

Quanto à estruturação do portfólio, Depresbiteris e Tavares (2009, p.156) afirmam “que dependerá dos objetivos, capacidades e competências desejadas, capacitação do professor e condições existentes. Afinal, não se pode esquecer que o uso desse instrumento requer tempo para a preparação, acompanhamento e avaliação”.

Dessa forma, então, o portfólio com seu caráter compreensivo de registro, permite perceber as dificuldades, ajudando o aluno a melhorar. Possibilita, ainda, a compreensão tanto da complexidade como das dinâmicas de crescimento do saber pessoal, promovendo ao professor um novo significado de sua prática.

#### c) RELATÓRIOS;

Entende-se por relatório, uma atividade composta por uma série de ações, tais como: observação do professor, registros das aulas, participação dos pais na avaliação dos filhos, entre outros.

É importante que os professores da EI tenham um olhar sensível ao observar no processo de acompanhamento do trabalho pedagógico. Nesse sentido, os relatórios de avaliação devem ser entendidos como mais um meio para refinar esse olhar observador do professor e que ele conheça cada vez mais o grupo de crianças. Desta forma, Micarello (2010, p.8) reflete que:

os relatórios de avaliação devem captar as diferentes dimensões envolvidas nas experiências das crianças no grupo, ou seja, eles devem trazer a integralidade das crianças como seres dotados de sentimentos, afetos, emoções, movimentos e

cognição. A referência para elaborá-los deve ser a própria criança, e não critérios previamente estabelecidos aos quais se espera que ela corresponda.

Segundo Micarello (2010, p.8), há dois tipos de relatórios de avaliação que poderão ser construídos pelos docentes: o relatório descritivo e o relatório particular. O primeiro pode ser entendido como um instrumento que capta as diferentes dimensões envolvidas nas experiências das crianças no grupo, ou seja, incluindo a integralidade das crianças como seres dotados de sentimentos, afetos, emoções, movimentos e cognição. Nesse sentido, os relatórios de avaliação não avaliam a criança, mas o trabalho pedagógico como um todo, que envolve a criança e o adulto de diferentes maneiras.

Já o segundo, Micarello (2010, p.9), esclarece que:

são registros mais objetivos, que trazem aspectos relativos à saúde da criança, tais como históricos médicos, telefones de contato com as famílias, caderneta de vacinação, hábitos alimentares da criança na instituição, possíveis indícios quanto a problemas de saúde, informações dadas pela família e que possam ter caráter confidencial. Esse é um instrumento de uso exclusivo do professor, ao qual só ele e a família devem ter acesso.

Numa ideia geral, os relatórios são instrumentos utilizados pelos professores para observar as crianças, anotando as situações, as experiências e os diversos aspectos da caminhada do grupo, dos alunos individualmente e de seus processos, tanto na aprendizagem quanto no âmbito interacional com o grupo.

#### d) DIÁRIOS.

Os diários na EI surgem da necessidade dos docentes em registrar o dia-a-dia, incluindo os acontecimentos, situações, as suas propostas realizadas e sua atuação. Nesse registro, os professores procuram compreender a diversidade de interações, acontecimentos, comportamentos e falas que tornam o cotidiano da sala de aula um organismo vivo, dando-lhe um significado único. Pensando dessa forma, Lopes (2003, p.4) reflete que:

o registro diário constitui também espaço para o professor expor suas aflições, suas dúvidas, suas conquistas e descobertas - que, em se tratando de educação e de trabalho pedagógico, são infinitas, caracterizando-se enquanto processo cíclico de permanente questionamento -, espaço para pensar sobre sua atuação, sobre o grupo, sobre as dificuldades apresentadas, sobre os avanços e rupturas que marcam o espaço da sala de aula.

Assim, o professor tem a oportunidade de tomar consciência de sua ação, observar, a partir do relato feito no seu diário, a presença de aspectos como: atitudes dos alunos, atividades desenvolvidas, desafios encontrados, conquistas realizadas, entre outras possibilidades.

Segundo Zabalza (2004, p.10 apud PORTILHO et. al., 2009, p.6), o registro no diário é um instrumento de pesquisa importante, pois:

escrever sobre o que estamos fazendo como profissional (em aula ou em outros contextos) é um procedimento excelente para nos conscientizarmos de nossos padrões de trabalho. É uma forma de “distanciamento” reflexivo que nos permite ver em perspectiva nosso modo particular de atuar. É, além disso, uma forma de aprender.

O registro da ação docente nos diários contribui para promover a participação reflexiva enquanto agente produtor de conhecimento e pesquisador; conhecer o seu processo de aprendizagem; reconhecer a importância da formação e atuação reflexiva para a formação de um aluno com autoria de pensamento.

A observação e o registro são os principais instrumentos de apoio à prática docente e dessa forma o professor percebe a sua atuação e a sua prática na instituição educativa, refletindo no que precisa ser modificado ou trabalhado em grupo para uma maior qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Vale ressaltar que os instrumentos aqui citados, foram escolhidos por conta de sua maior incidência nas instituições de EI, mas sabemos que existem outras formas de se registrar as formas de expressão da criança e sua participação e vivências nos projetos.

O item a seguir se refere ao conhecimento do perfil de avaliação de uma escola de EI localizada em Salvador no bairro da Pituba. Saliento que a mesma instituição me oportunizou entrevistar seis pais para que estes explanem sua concepção de avaliação da aprendizagem na EI, objeto de estudo desse trabalho de conclusão de curso.

### 2.3 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PESQUISADA: EM BUSCA DE CONCEPÇÕES

O Centro de Educação Infantil PP<sup>1</sup>, localizado na cidade de Salvador, no bairro da Pituba traz como parte integrante da sua filosofia inspirações em teóricos como Jean Piaget, Emília Ferreiro, Lev Vygotsky e também nas abordagens de Reggio Emília, uma cidade italiana onde seu princípio de ensino foi idealizado por Loris Malaguzzi.

Malaguzzi considerava fundamental que o sistema de escolarização se expandisse para o mundo da família, integrando-a e respeitando seu direito de conhecer e participar do trabalho desenvolvido pela escola. Ponderava ser essencial que o foco de seu sistema fosse a criança, mas não só ela. Era preciso que os professores e as famílias fossem vistas como elementos centrais para a educação das crianças.

Segundo Bondioli e Sávio (2013, p.65), “a participação das famílias na vida da escola e das instituições para infância é parte integrante da cultura pedagógica da Itália.” Pensando então em uma filosofia que considera a família como co-atores do processo de aprendizagem da criança, a instituição escolhida casa com a minha proposta desse presente TCC, no qual queria saber as concepções que as famílias têm sobre avaliação da aprendizagem na E.I, também como, compreender de que forma participam desse processo de avaliação de seu/ sua (filho) (a) (s).

Na PP, a avaliação é sinônimo de reflexão, inspirada nas referências teóricas da Pedagogia da Escuta e da Teoria das Cem Linguagens de Loris

---

<sup>1</sup> Sigla fictícia da escola investigada

Malaguzzi, onde veem a criança na perspectiva de construtora do conhecimento, respeitando suas necessidades particulares, seu tempo e seus desenvolvimentos. Na PP, a avaliação é processual, a partir daí, os docentes poderão refletir sobre sua prática e buscar formas de registrar e documentar o processo da criança.

A forma de se registrar as reflexões dos educadores nessa instituição foi aprimorada no ano de 2013. O portfólio foi ornamentado para uma coletânea que sistematiza o percurso de experiência da criança. Nessa coletânea estará incluso fotos, desenhos, falas e vídeos que auxiliaram os professores a compartilharem informações com as famílias.

Além disso, a instituição utiliza como documentação, reflexões elaboradas pelos docentes, no qual estes mencionam situações que validam as experiências e vivências em grupo. A escola utilizada também uma televisão para exibir durante a semana filmagens com experiências dos grupos no qual todos os pais são convidados a apreciar.

Pelo que foi explanado, percebemos que a instituição PP tem a preocupação de incluir as famílias no processo de avaliação da escola, compartilhando com os pais as vivências de ensino aprendizagem das crianças.

A seguir, apresentarei no capítulo III a metodologia escolhida para a realização desse TCC.

### 3 CAMINHOS E MÉTODOS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa para uma melhor análise do problema, sendo a opção metodológica a pesquisa de cunho exploratório. A escolha da perspectiva qualitativa se baseia na perspectiva de Rocha, Leal e Boaventura (2008, p. 18 apud GIL, 2002; MARKONI; LAKATOS, 2000; SOARES; YIN, 2002 entre outros), no qual esclarecem que existem duas formas de abordar o problema da pesquisa:

quantitativa, relacionada a frequência e quantificação de dados, utilizando-se procedimentos estatísticos como centro de análise do problema; qualitativa, quando o pesquisador não tem a preocupação de quantificar, mas de interpretar, compreender fatos e informações, na busca de solução para o problema proposto.

Vale ressaltar que as duas formas de pesquisa não se excluem, pois são complementares. Dentre as várias características da pesquisa qualitativa estão a análise com ênfase no processo, utilização de informações, crenças e representações e resultados descritivos e interpretativos. Segundo Rocha, e Barreto (2008, p. 22), as principais características da pesquisa qualitativa são:

reconhecimento dos pesquisados como sujeitos do conhecimento e das práticas vivenciadas; valorização e interpretação dos fenômenos, com base nas perspectivas dos sujeitos informantes, informações e/ou dados, mediante contato interativo do pesquisador com os sujeitos em estudo; resultado da pesquisa como fruto de trabalho coletivo que envolve pesquisador-pesquisado e valorização das falas e/ou silêncios dos sujeitos pesquisados.

As pesquisas qualitativas têm uma natureza exploratória, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea.

Esse tipo de pesquisa é indutiva, no qual o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados,

ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos. Não existem hipóteses pré-concebidas, pois estas são construídas durante e/ou após a observação. Em suma, as pesquisas qualitativas consideram que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A pesquisa de cunho exploratório foi escolhida como método investigativo. Gil (2008, p. 27) esclarece que:

as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Gil (2002, p. 41) acrescenta ainda sobre as pesquisas exploratórias que:

estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Dessa forma, seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao objeto estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Por se tratar de um semestre atípico na Universidade Federal da Bahia, não tive tempo disponível para realizar uma pesquisa de campo na instituição de EI, como complemento da pesquisa exploratória. Assim a opção deste método investigativo se deu em 4 etapas: a primeira com um levantamento bibliográfico acerca do tema avaliação da aprendizagem na EI, afim de obter subsídios teóricos e legais que permitiram um maior aprofundamento nos estudos.

A segunda etapa foi um (re) levantamento de documentos da escola, sobre o que concede sobre o processo de avaliação da escola, a proposta pedagógica e filosofia da escola.

A terceira foi à elaboração de um roteiro de entrevista com uma ficha de identificação pessoal (APÊNDICE A) e seis perguntas para a entrevista dirigidas a pais escolhidos na atual instituição onde sou estagiária. Para Gil (2002, p. 114), “a entrevista pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde.”

Saliento que a entrevista realizada é estruturada, pois novas perguntas não surgiram. Segundo Gil (2008, p. 113), a entrevista estruturada a entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados.

A quarta etapa foi agendar uma conversa com a gestora da escola para solicitar autorização para realizar a entrevista com os pais dos alunos da instituição. Nesse momento foi explicado à gestora o objetivo da pesquisa, os procedimentos que seriam adotados e o tempo necessário para a realização do trabalho. Após a autorização da instituição, busquei imediatamente contatos com os pais previamente escolhidos.

A quinta e última etapa então, foi realizar a entrevista, para suceder a análise de dados.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DA PESQUISA

A entrevista foi realizada com seis mães e um pai, nos quais seus filhos são matriculados no Centro Educacional de Educação infantil PP, localizado na cidade de Salvador, no bairro da Pituba. Nessa escola, o atendimento as crianças vai desde o berçário até a pré-escola, (6 meses até 6 anos de idade) podendo ser tempo integral ou parcial.

Como já foi explanado, não foi realizada uma pesquisa de campo, por estar associada a um semestre atípico e com indisponibilidade de tempo para

fazer observação das práticas dos docentes na instituição. Dessa forma, aproveitei o tempo de um ano e seis meses como estagiária nessa escola de E.I para analisar quais os verdadeiros critérios para escolher os sujeitos da pesquisa. Pensei na filosofia da escola, inspirada em Reggio Emilia, no qual considera a família parceiros educativos e assim, se aproximaria com a intenção do meu tema, a participação ativa dos pais escolhidos no qual observava na escola, a relação harmoniosa com a grande maioria o que facilitou o diálogo antes, durante e pós a entrevista. Outro critério também foi escolher esses pais dentro dos três ciclos (grupos por faixa etária) I, II e III da escola, pois as respostas das entrevistas poderiam variar de acordo com a idade da criança. O perfil dos pais selecionados encontram-se no quadro abaixo:

<b>Iniciais dos nomes dos pais</b>	<b>Profissão</b>	<b>Número de filhos</b>	<b>Número de filhos matriculados na escola</b>	<b>Ciclo no qual o filho está matriculado</b>	<b>Período</b>
M.C.N.S.A	Pedagoga	1	1	II	Parcial
C.F.G.M	Administrador de empresas	1	1	I	Integral
G.P.C	Engenheira civil	1	1	II	Integral
J.B.F.M	Procuradora do estado	3	1	II	Parcial
C.A.R	Empresária	1	1	I	Integral
V.C.M	Médica	1	1	III	Parcial

Quadro 1- Perfil dos pais entrevistados

Fonte: Entrevista dos pais

O critério utilizado para a realização da entrevista era escolher dois pais de cada ciclo da escola, totalizando seis pais e três ciclos diferentes, no qual poderíamos diversificar as concepções de avaliação e perceber diferentes vivências e habilidades que permeiam o aprendizado da criança. Essa nomenclatura da instituição se refere aos grupos de faixa etária, onde por esta, cada criança é dirigida ao ciclo (grupo) de acordo com o quadro abaixo:

<b>IDADE DA CRIANÇA</b>	<b>CICLO</b>
1-3 ANOS	I
3-5 ANOS	II
5-6 ANOS	III

Quadro 2: Idades referentes ao ciclo

Fonte: Projeto Político Pedagógico da instituição

Ressalto que houve um desistência espontânea de uma mãe no qual o filho está matriculado no ciclo III, dessa forma pelo afunilamento do tempo, tive que recorrer a uma mãe do ciclo II, totalizando três mães do ciclo II, uma mãe e um pai do ciclo I e somente uma mãe do ciclo III.

O diálogo com esses pais sobre como seria a entrevista e o sobre que seria abordado aconteciam em dois horários: antes do expediente de trabalho (13h: 30min) ou depois do meu expediente (18h: 30min). De início, me propus a fazer a entrevista me baseando na disponibilidade deles, contando com o local e o horário que lhe coubessem, mas percebi, de forma unânime que todos eles desejavam que a entrevista fosse realizada na instituição, no momento de chegada ou saída dos seus filhos. Assim, conversei com a gestora sobre esse acontecimento e obtive o consentimento da mesma para a entrevista ser realizada na instituição. Os instrumentos de pesquisa foi uma câmera digital, que tem a função de gravador e um roteiro com as perguntas da entrevista.

### 3.2 ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas no mês de dezembro nas seguintes datas e horários no quadro abaixo:

<b>DATA</b>	<b>DIA DA SEMANA</b>	<b>QUANTIDADE DE ENTREVISTAS</b>	<b>HORÁRIOS</b>
11/12	Quarta-feira	Duas	- antes do expediente - fim do expediente

13/12	Sexta-feira	Uma	- fim do expediente
16/12	Segunda-feira	Duas	- ambas no fim do expediente
19/12	Quinta-feira	Uma	- turno da manhã

Quadro 3- Cronograma das entrevistas

Fonte: Calendário da pesquisa exploratória mês de dezembro

As entrevistas então foram realizadas na sala de visita da escola, com exceção de uma, que foi realizada no ateliê, por não ter um espaço vago, por conta da demanda de matrícula/ apresentação da escola para os novos alunos.

Antes de cada entrevista, conversava com os pais sobre os objetivos da minha pesquisa, escolha do tema e o porquê de ter escolhido a entrevista como instrumento de pesquisa. Logo depois, os pais liam e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B) e seguíamos com a entrevista.

As perguntas eram lidas por mim e as respostas gravadas pela a câmera. Vale ressaltar que três participantes da pesquisa se inibiram com a utilização da câmera, preferindo ouvir a minha pergunta e redigir a sua resposta em uma folha de papel.

Todas as entrevistas se deram de forma harmoniosa e tranquila, sem palavras que ofendessem a honra de alguém ou a proposta pedagógica da escola. A duração da entrevista variou entre 10 e 45 minutos, a depender da disponibilidade dos pais naquele momento.

Após o encerramento de todas as seis entrevistas, as gravações foram posteriormente digitadas e utilizadas para o embasamento da análise de dados desse trabalho. As respostas dos entrevistados foram analisadas alicerçadas ao levantamento bibliográfico, composto no capítulo dois desse trabalho.

Saliento que no decorrer do trabalho o tema do trabalho foi modificado, sendo atualizado para “A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil: a voz de famílias de uma escola particular de Salvador”

Todo material coletado possui grande relevância pelo fato de responder ao meu objeto de estudo da pesquisa, que é compreender as diversas concepções que esses pais têm sobre avaliação na EI.

No capítulo a seguir desse trabalho, apresento a ótica desses pais, que são confrontados com grandes autores que debatem a temática da avaliação na EI e com meu posicionamento acerca do tema e das falas adquiridas.

#### **4 A VISÃO DOS PAIS SOBRE A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A família como instituição responsável por possibilitar a educação dos filhos e influenciar no comportamento dos mesmos no meio social. É no seio familiar que são transmitidos valores que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.

Nesse segmento, Kaloustian e Ferrari (1994, p. 11 apud GOMES; PEREIRA, 2005, p.358) afirmam que:

a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes.

Quando a criança atinge a idade escolar, a família então procura a escola que melhor atenda às suas necessidades e desejos, buscando assim identificação com a proposta pedagógica da escola e o seu modo de conceder a infância. Dessa forma, a família torna-se co-atores no processo de aprendizagem da criança, no qual a relação com a escola é imprescindível para o sucesso escolar.

A família, nesse sentido, deve assumir um papel ativo nesse processo de aprendizagem da criança e estabelecer relações para serem parceiros educativos dos docentes. Nessa linha de pensamento, Bondioli e Savio (2013, p. 67) explanam que:

se pensa no ambiente doméstico e no extradoméstico como lugares de educação infantil, os pais, nas instituições para a infância, assim como as professoras, devem necessariamente ser pensados como co-atores no crescimento das crianças. O compartilhamento do papel educativo torna indispensável uma participação paritária.

É importante que seja estabelecido um meio de comunicação entre casa e escola, de modo que juntos, pais e docentes possam compor uma imagem unitária da criança e possam, portanto, trabalhar em cooperação. Para Bondioli e Savio (2013, p. 68), buscar tal cooperação:

significa também sair da condição de solidão que frequentemente caracteriza o agir educativo dos pais e educadoras individualmente, A educação das crianças não deve ser vista como um negócio privado a ser administrado individualmente em solidão, mas um negócio que exige, antes mesmo que a colaboração, a discussão e o debate. Discussão e debate que a dimensão social da creche e da pré-escola permite estimular e promover.

O diálogo entre as famílias e a escola torna-se um aspecto extremamente relevante da prática pedagógica, uma vez que ao saber dos projetos e “conteúdos”, aprendizagens e relações estabelecidas pelas crianças, a família pode auxiliar o trabalho docente. A EI deve constituir-se em um contexto de desenvolvimento que seja um prolongamento do contexto familiar, para isso, é necessário que a família e a escola mantenham canais de comunicação e relações de confiança mútua e compreensão.

A avaliação da aprendizagem na EI e a sua relevância no processo de aprendizagem das crianças, desempenha-se como um direcionador da prática do docente, na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Além disso, tem como um dos diversos objetivos conhecer o grupo, a particularidade de cada criança e as necessidades individuais e a diversidade que as acompanham.

Para realizar esta avaliação conta-se com a colaboração da família, que possui mais elementos para compreender a criança que tem alguma história particular. Segundo o RCNEI:

Para que possa se constituir como um instrumento voltado para reorientar a prática educativa, a avaliação deve se dar de forma sistemática e contínua, tendo como objetivo principal a

melhoria da ação educativa. O professor, ciente do que pretende que as crianças aprendam, pode selecionar determinadas produções das crianças ao longo de um período para obter com mais precisão informações sobre sua aprendizagem. Os pais, também, têm o direito de acompanhar o processo de aprendizagem de suas crianças, se inteirando dos avanços e conquistas, compreendendo os objetivos e as ações desenvolvidas pela instituição. (BRASIL, 2008, v.1 p.60).

Os pais, muito além de se inteirar e compreender das ações da instituição, devem perceber que a avaliação também acontece entre trocas de relação da família-escola, no qual cada instituição traz um *feedback* sobre a criança, compartilhando os saberes, elementos e situações. É muito importante que as visões da escola e da família possam ser comentadas e relativizadas. Segundo Bassedas, Huguet e Solé (2008, p.182):

é preciso que as diferentes hipóteses e valorizações que as pessoas adultas formulam sejam abertas e possam ser contrastadas com as outras pessoas adultas que tem contato com a criança, especialmente a sua família. Assim, a família ajuda a matizar ou ajustar as nossas hipóteses e valorizações, fornecendo informações sobre o que a criança é capaz de fazer e de mostrar em outros contextos educativos.

Vale ressaltar que nem sempre as visões trazidas pela escola e pela família se convergem, nesse caso, pode-se pensar que a mesma criança se comporta diferente em vários contextos: Na escola, a criança faz parte de um grupo e em casa, apresentam-se imersos em outro sistema.

Na EI as crianças avançam no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem promovidos pelas situações e experiências que vivem tanto em casa como na escola. Bassedas, Huguet e Solé (2008, p.183) refletem que:

muitos dos conteúdos educativos dessa etapa são aprendidos de uma maneira paralela e compartilhada- naturalmente com um diferente grau de sistematização e planejamento- na família e na escola: hábitos de autonomia, linguagem, conhecimento dos elementos do ambiente, orientação no espaço e no tempo, aprendizagem das cores, dos primeiros números, da função da linguagem escrita, etc.

Deve-se ter em mente que a avaliação realizada, será a partir da perspectiva de hipóteses, nas quais servem para remanejar o processo educativo, porém é necessário arrostar com as outras hipóteses que chegam de outras pessoas e outros contextos. É importante estabelecer relações com aquilo que a criança faz na escola com aquilo que faz em casa, para ser construída uma visão mais clara da criança.

A família junto com a escola deverá viver num sistema de colaboração, para partilhar de situações e contextos para que possam ter um conhecimento mais completo e global da criança.

#### 4.1 AVALIAR PARA REFLETIR E COMPARTILHAR: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesse subtópico apresentarei e analisarei os dados consequentes das entrevistas realizadas com os pais de crianças matriculadas no Centro de Educação Infantil PP, no bairro da Pituba, em Salvador. Segundo Gil (2002, p. 163), “a análise de dados envolve a descrição dos procedimentos a serem adotados tanto para análise quantitativa (p. ex.: testes de hipótese, testes de correlação) quanto qualitativa (p. ex.: análise de conteúdo, análise de discurso).”

Dessa forma, pelas respostas obtidas da entrevista, buscarei entender as concepções dos pais sobre a avaliação da aprendizagem na educação infantil, a partir do referencial teórico. Para identificação dos pais serão utilizadas as iniciais dos seus nomes, pelo sigilo afirmado no TCLE. As perguntas formuladas para a entrevista foram:

- 1- Para você o que é avaliação na Educação Infantil?
- 2- Na sua opinião, o que deve ser levado em consideração pelo professor no processo de avaliação da aprendizagem de seu(s) filho(s)?
- 3- O que você considera importante que seu(s) filho(s) aprenda(m) na Educação Infantil?

- 4- Qual a sua participação no processo de avaliação da aprendizagem do (s) seu (s) filho (s)?
- 5- A escola em que seu (s) filho (s) está/ estão matriculado (s), dá abertura para que você participe do processo de avaliação da aprendizagem? Como?

Na EI, a avaliação se destina a obter informações e subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento das crianças e ampliação de seus conhecimentos. Ainda mais, é pela avaliação que os docentes podem remanejar o seu planejamento, sua prática e o seu modo de atuação em sala. Segundo o documento da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) (2012, p.13):

a avaliação na Educação Infantil se refere àquela feita internamente no processo educativo, focada nas crianças enquanto sujeitos e coautoras de seu desenvolvimento. Seu âmbito é o microambiente, o acontecer pedagógico e o efeito que gera sobre as crianças. Ela é feita pela professora, pelas pessoas que interagem com ela no cotidiano e pelas próprias crianças.

Percebi que durante a entrevista, que a primeira pergunta demorou um tempo maior para ser respondida, pois os pais não tinham um conceito firmado sobre o que era avaliação da aprendizagem na EI. Minha intervenção nessa primeira indagação era constante, pois alguns deles tinham muitas dúvidas em se posicionar para responder.

De acordo com a primeira pergunta, para J.B.F.M “a avaliação da aprendizagem na EI tem que ser processual, tem que ser uma coisa construída, gradativa.” Além disso ela compara as formas de avaliação na EI, com as séries iniciais (fundamental), no qual a avaliação é voltada para uma política conteudista, concebida pelos instrumentos, como a prova.

Eu não acho que tem que ser como nas escolas tradicionais de meninos maiores, fazer uma prova e a criança naquele momento específico dizer o que sabe e o que não sabe pra você avaliar e dar uma nota naquilo. Eu acho que tem que ser no dia-a-dia, o profissional poder ir pra sala de aula olhar, avaliar aquela criança não em relação a um conteúdo pré estabelecido, mas em relação a ela mesma, né o que é que

aquela criança evoluiu? O que aquela criança aprendeu? E não só em relação a conteúdo, mas em relação a habilidades, a sociabilidade, de coisas que eu acho muito mais importante no que o conteúdo em si, porque o conteúdo acaba que vem, quando faz o trabalho é bem feito. Ele acaba acontecendo, no momento certo ele acontece, mais eu acho que nesse momento da educação infantil, quando a criança é muito pequena, é muito mais importante investir nas relações, investir na autonomia, investir no social nesses outros aspectos do que no conteúdo puro e simples. Então eu acho que a avaliação é estar atento pra esses aspectos quem tem que ser melhorado. (J.B.F.M)

Zabalza (2006, p.6 apud RAIZER, 2007, p.50) explana que os professores “[...] relacionam a avaliação com exame com mensuração por meio de provas, com qualificações, com angústias, com êxitos e fracassos.” Situação esta que já existe no universo do ensino fundamental, mas que não é desejada na Educação Infantil.

Outro ponto importante na fala de J.B.F.M é a importância da sociabilidade e das habilidades que extrapolam o uso do conteúdo. Dessa forma o docente ao avaliar deve então perceber as suas relações com os colegas, sua inteiração com o ambiente e investir na sua independência. Também, a entrevistada V.C.M acredita que a avaliação da aprendizagem na EI deve permear a relação que a criança cria com a escola e seus atores, e no que tange o conteúdo, este se torna secundário frente a importância de criar e estruturar relações sociais.

Acho que avaliação é a importante relação da criança com a escola, os valores que agrega, as relações interpessoais, o acesso as coisas que extrapolam o domicilio. O conteúdo torna-se secundário e pode ser trabalhado de forma individual. (V.C.M)

Assim como J.B.F.M que fez uma comparação entre avaliação EI X avaliação séries iniciais. Já C.A.R explana sua concepção de avaliação na sua fala abaixo:

bom, eu acho que avaliação, tem um viés do que as pessoas, os pais na verdade esperam né, do aprendizado, uma resposta do aprendizado de seus filhos, na educação infantil que é uma época da vida que não existe talvez um conteúdo específico de disciplina e matéria como matemática, então é uma coisa bem

subjetiva eu acho. Porque acho que os professores precisam atentar no que cada idade de desenvolvimento no sentido de enfim, descobrir objetos tridimensionais ou aprender noção de quantidade, de espaço, obstáculos. Isso eu acho que na primeira idade são as coisas que a criança está apta no caso a aprender, então você avaliar esse tipo de coisa é bastante subjetivo. E enfim, a avaliação pode ser o que a gente enxerga e observa em casa, acho que assim como os professores também, e o diálogo com a instituição que os pais escolhem, acho que no fim das contas é o que a gente define por avaliação na educação infantil.

A subjetividade relatada em sua fala se dá porque na EI não há matérias específicas de aprendizagem, como ela mesmo cita, matemática. Sendo assim, a avaliação acontece principalmente pela observação e se faz subjetiva, por contar com o ponto de vista daquele que avalia a criança em um contexto determinado. Os conteúdos então não são trabalhados diretamente como no ensino fundamental, e sim de acordo com as vivências que surgem no decorrer do processo pedagógico.

As habilidades que são construídas pelas crianças na EI são elementos essenciais no desenvolvimento e no processo pedagógico trabalhado na escola. Dessa forma a avaliação, é vista como o meio de mensurar o que a criança adquire, estimula e conquista ao longo desse processo.

Segundo G.P.C “a avaliação na EI é o processo baseado da observação do desenvolvimento das habilidades motoras, lúdicas, cognitiva entre outros.” Na mesma linha de raciocínio, M.C.N.S.A afirma que sua concepção de avaliação “é relatar o processo de desenvolvimento da criança no que se refere a diferentes aspectos, sendo eles: Socioafetivo, motor, comunicação oral... destacando sempre as conquistas ao longo do processo.” C.F.G.M também vem na mesma perspectiva e estabelece uma relação com a avaliação realizada na escola e avaliação que ele faz na sua ótica.

É uma forma de mensurar o desenvolvimento da criança de uma forma geral. Na escola, imagino que os parâmetros sejam mais técnicos, pedagógicos, Para nós, pais, a avaliação é mais intuitiva e levamos mais consideração a socialização, a capacidade de concentração para as atividades propostas para a sua idade e a memorização aliada a associação de ideias. A

capacidade de comunicação também é algo que observamos facilmente.

Quanto ao segundo questionamento, o que deve ser levado em consideração pelo professor no processo de avaliação da aprendizagem de seu(s) filho(s), houve uma aproximação dos pensamentos de J.B.F.M e G.P.C quando relatam que o docente deve ter a postura de entender a criança nesse processo como um ser singular. Dessa forma, o professor pode perceber dentro do desenvolvimento do aluno seus avanços e o que pode ser aprimorado.

É, o principal pra mim é entender cada aluno como um indivíduo diferente, é entender que a minha filha no meu caso, ela tem uma demanda diferente, ela tem habilidades diferentes, ela tem capacidades diferentes, e daí enxergando ela como uma pessoa, um ser único e diferente que todo mundo é diferente, não só porque ela é uma criança especial não só por isso, porque todo mundo é diferente, tem as suas peculiaridades e eu acho que esse é o ponto de partida. A partir do momento que você consegue enxergar e traçar um perfil da minha filha, o professor no caso, vai poder estar preparado para avaliar os progressos que ela teve ao longo de uma jornada, desse ano letivo ou do semestre como for. Então assim, eu acho que o mais importante é ter esse olhar que as vezes a gente não ver como a escola, eu tenho um relato de pessoas de escola que quer que os alunos sejam todos padronizados, que todos aprendam a mesma coisa, quando a gente sabe que isso é impossível em qualquer lugar. Então assim, é enxergar ela, o que é que ela tem e o que ela traz de bom, que a gente pode aproveitar, que a gente pode estar fomentando, reforçando, o que é que ela precisa melhorar pra que a gente possa estimular mais e aí dentro dessa ótica de enxergar as nuances do desenvolvimento dela, poder ao final aferir o que é que realmente, já que a avaliação é uma constatação do que foi do que aconteceu, ver o que melhorou, o que não melhorou. (J.B.F.M)

Nessa fala, J.B.F.M expressa a sua posição de que o docente tem que avaliar a criança numa perspectiva particularizada, para poder perceber no seu desenvolvimento seus progressos e ao avaliar, entender o que foi conquistado ou não.

Bassedas, Huguet e Solé (2008, p.178) afirmam que:

porém, existe um outro nível que consideramos igualmente muito importante: a avaliação serve para conhecer como se concretiza, no grupo, a diversidade e quais necessidades individuais são geradas[...] Também é preciso conhecer o que é essa diversidade na sala de aula: as crianças concretamente são “únicas” na turma para ajustar a intervenção as suas necessidades particulares. Tal avaliação mais individualizada é mais fácil e possível de ser realizada nessa etapa que em outras [...]

Dessa forma, é importante que o docente mesmo diante de uma diversidade de alunos que formam o grupo, avalie cada criança conforme suas preferências, necessidades, possibilidades para ajudá-los a avançar e a desenvolver-se. Na opinião de G.P.C, o que deve ser levado em conta pelo docente no processo de avaliação é “a individualidade, pois cada criança é um ser singular.”

Para C.A.R o docente tem que levar em conta além das questões cognitivas, e apresentar as crianças uma leitura de mundo que as coisas são diferentes, para que todos vivam numa diversidade existente.

Eu não trato o aprendizado dela nem esse processo como uma cobrança que eu acho que não deve existir pela idade dela e nem como um troféu de comparação sabe, porque ela já sabe contar até cinquenta com um ano e meio, enfim isso não me interessa. Acho que a questão mais cognitiva e sensível, estimular a sensibilidade dela, a forma de olhar as coisas de saber que no mundo tem muita coisa e as condições são diferentes entre si, não querer padronizar as coisas ao redor, viver enfim numa diversidade de forma plena, eu acho que é o maior aprendizado nessa fase. (C.A.R)

Para V.C.M, o que deve ser levado em conta para o professor no processo de avaliação de sua filha é “a forma como ela se relaciona com a escola e as pessoas e a adaptação ao que é colocado como conteúdo.” Assim, mais uma vez a socialização das crianças promovidas no ambiente escolar devem ser percebida pelos profissionais que a avaliam.

Os entrevistados M.C.N.S.A e C.F.G.M relacionaram o segundo questionamento com a primeira pergunta da entrevista, pois entendem que a avaliação na EI é a observação das habilidades que a criança despertam no ambiente escolar. Para M.C.N.S.A, o que deve ser levado em conta pelo

professor no processo de avaliação é “destacar os aspetos mencionados na questão anterior.”

Acho que os mesmos falados na questão anterior, mas de uma forma mais objetiva. Algumas expressões mais técnicas como psicomotricidade sei que fazem parte da avaliação de uma criança na escola, mas assim como ela que tenho um conhecimento superficial (imagino estar associado a coordenação motora da criança), desconheço os critérios das educadoras, mas suponho que comunicação, memorização, associação de ideias, capacidade de concentração, participação e interação social, além da coordenação motora sejam itens avaliados pelas educadoras. (C.F.G.M)

O terceiro questionamento era saber o que os pais consideram importante que seu(s) filho(s) aprenda(m) na EI. A maioria acredita que a interação e a socialização com os colegas é o primordial para que seus filhos aprendam nessa etapa de educação.

Segundo o RCNEI (BRASIL, 2008, v.1, p.31):

a interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a auto-estima.

Dessa forma, é importante que o professor estimule situações na qual as crianças troquem aprendizagens entre elas, para conviverem e para lidar com as situações que acontecem no cotidiano, tanto os conflitos como as boas interações.

É como eu falei um pouco na segunda pergunta, considero importante que ele desenvolva suas emoções, a forma de conviver com os colegas, de dividir, de saber que tem gente diferente dele, que ele não é o centro do universo. Que ele é muito amado, mas que não é o centro do universo e que consiga ter segurança e plenitude assim, para futuramente caminhar e aí assim seguir ter uma aprendizagem voltada para os conteúdos e tal porque aí não tem pra onde correr. (C.A.R)

Na fala explanada acima, C.A.R considera importante que seu filho aprenda na E.I conviver com as diferenças, que ele saiba partilhar com o outro e tenha independência e segurança, como uma forma de preparação para a nova forma de avaliação que terá quando maior, voltada para a política de conteúdo encontrada no sistema do ensino fundamental.

Na fala de J.B.F.M, ela traz as relações sociais como elemento importante a ser trabalhado e vivido na E.I, dessa forma ressalta que muito além dos conteúdos a serem aprendidos, ainda que sejam relevantes, o necessário é aperfeiçoar aspectos das personalidades da criança.

É mais ou menos o que falei antes né. Eu acho que eles precisam aprender a se relacionar com os colegas, a ter mais autonomia, aprimorar as habilidades finas, motricidade, o social, a questão de compreender regras também, eu acho. Saber que tem a hora da roda, que tem a hora do lanche, que tem a hora tudo, respeitar a vez do outro, enquanto um brinca com um brinquedo o outro espera um pouco, depois tem a hora de brincar juntos. Então eu acho que a educação infantil é um recorte pequeno do que é a vida em sociedade, né então assim claro que eles tem um pouco disso em casa, mas é diferente. Em casa o filho, né por mais irmãos que tenha no caso dos meus que tenho três em casa, mas aí ainda assim o universo de três filhos é muito restrito se eu for comparar com uma sala de quatorze crianças, se eu for comparar um shopping center que deve ter uma praça que vai um monte de gente, então assim eu acho que o espaço para as crianças entenderem um pouco o que é essa vida em sociedade, então o que eu acho importante aprender como já tinha dito antes, mais do que os conteúdos os que acho que são importantes e que eu acho que eles tem mais importância no ensino fundamental, mas eu acho que o mais importante é do que aprender a ler, a escrever a ter um raciocínio lógico, é aprimorar aspectos importantes da personalidade da criança. (J.B.F.M)

Na mesma perspectiva, G.P.C, acredita que é importante que seu filho aprenda na EI, o “convívio social, colocando a criança no espaço alertando os limites”. Nesse raciocínio, é no ambiente escolar que as crianças aprendem como é viver em sociedade, a lidar com as diferenças, com a tolerância em relação à frustração, com a aceitação das regras coletivas e compreender que nem sempre é possível fazer tudo que deseja. Então penso que a construção de limites está ligada na capacidade da criança de socialização e convivência bem-sucedidas, de forma que ela possa reconhecer e considerar os próprios limites e os dos demais colegas.

C.F.G.M também, na mesma concepção que G.P.C, acredita que o limite deve ser aprendido na educação infantil, assim como componentes curriculares envolvidos na ludicidade.

Atividades que desenvolvam a capacidade de socialização (aprender a compartilhar, a obedecer regras importantes para o bom convívio “limites” e desfrutar dos prazeres de atividades coletivas), literatura infantil, música, atividades manuais, todas elas de preferência num contexto lúdico. (C.F.G.M)

M.C.N.S.A julga como importante que seu filho aprenda na E.I, “a relacionar-se e interagir com os colegas, a desenvolver a oralidade a partir de hipóteses levantadas, a desenvolver a cooperação motora a partir do espaço.” A partir disso então, é relevante que seu filho aprenda na E.I, além das relações construídas com os colegas, o desenvolvimento da fala a partir da vivências na escola e o conhecimento e exploração das habilidades do corpo.

Por fim, V.C.M acredita que é importante que seu filho aprenda na E.I “valores morais, éticos e educacionais.”. Assim acredito que esses elementos orientarão o seu comportamento em sociedade, determinando seu caráter e seu modo de viver e agir no social.

A formação de valores, hábitos que o indivíduo terá como base por toda a vida, em conjunto com a criação familiar, é adquirida em sua maior parte na Educação Infantil. A fala de V.C.M me faz pensar que é necessário alertar os educadores da educação infantil, visto que esses são responsáveis em grande parte pelo processo educacional de valores da criança na fase inicial de sua vida.

O quarto questionamento era saber qual a participação dos entrevistados no processo de avaliação da aprendizagem do (s) seu (s) filho (s). Tanto C.F.G.M como V.C.M explanaram que participam desse processo pelo diálogo com a equipe de educadores da escola, bem como em vivências que a instituição convidam esses pais.

Para C.F.G.M, sua inserção nesse processo se dá pela “troca de feedback com os educadores da escola e participação das atividades da escola em que os pais são incluídos (reuniões, vivências e eventos).”

Para V.C.M, se dá pela “conversa com a equipe docente e a participação em reuniões e eventos.”

G.P.C afirma “que nesse processo participa de maneira “plena, procuro sempre participar das dificuldades e sucessos.”, mas não deixa claro que caminhos a permitem participar desse processo.

Com as falas supracitadas, percebo que os pais participam do processo de avaliação do seu filho tendo por base o diálogo, buscando uma aproximação com as atividades realizadas na escola e também receber informações sobre elas. Além disso, as reuniões não são percebidas por eles como um mero evento protocolar, que a escola organiza com o objetivo de lhe fornecer algumas satisfações. Acredito que o objetivo das reuniões é compartilhar interesses, sucessos, aprimoramentos, orientações, esclarecimento de dúvidas e, assim, estabelecem uma relação de confiança e cooperação com os professores tendo em vista os benefícios para a criança.

Para J.B.F.M, a troca de informações entre a casa-escola acontece, mas, além disso, mesmo com uma avaliação predestinada da escola na qual a professora faz de sua filha, ela também faz uma pré-avaliação. Desta, ela também dá um retorno para escola tornando a avaliação consensual. Na fala abaixo os nomes das professoras citadas serão substituídas pelas siglas de nomes fictícios XXX e MMM e da sua filha por LLL.

Bom, minha participação é assim: A escola faz uma avaliação (você quer saber da avaliação da escola?) Assim a escola faz uma avaliação que é compartilhada, que a gente tem esse retorno e assim eu sempre concordo né, eu avalio e as vezes me surpreendo com as minhas colocações, mas independente da avaliação que a escola faz da aprendizagem da minha filha, eu acabo fazendo muito isso ao longo do tempo. Porque como sou eu que acompanho a vida cotidiana e escolar dela, até porque o pai trabalha fora, trabalha no interior a semana inteira, então sou eu que fico mais perto né, aqui a escola não tem dever de casa, essas coisas, mas assim, é em casa que a gente brinca, que eu consigo perceber as vezes alguma novidade, algum conhecimento novo que ela traz e aí as vezes eu trago isso da escola também. Uma coisa que surpreendeu a gente nesse ano foi a questão do inglês, que eu percebi o interesse dela, que ela estava sabendo muita coisa, que ela estava curiosa eu vim e voltei pra escola, pedir pra conversar com XXX (Professora de línguas da escola), que eu nunca tinha nem conversado, porque assim ela nunca tinha despertado nada pra o inglês, e aí eu trouxe pra XXX, a gente

sentou e conversou e aí XXX acho que mais atenta e tudo (até tô querendo ver se XXX vai ter alguma coisa na avaliação dela, porque foi uma coisa nova que ela trouxe), então a minha participação na avaliação da escola eu não sei, eu acho que como a gente troca muito, eu com MMM (Professora regente de sua filha) é eu não redijo o documento de avaliação da escola, mas assim como a gente faz uma troca muito grande de informação do que LLL, tanto MMM tá me trazendo isso independente do portfólio final do semestre, né como eu trago pra MMM, novidades do dia-a-dia de LLL, é eu acho que essa avaliação acaba que fica muito fidedigna ao sentimento das duas, porque a gente troca muito ao longo do semestre, mas documentalmente falando a avaliação quem faz a escola, é a professora, na verdade o que leva muito em conta, e assim é, eu estou sempre, como eu participo muito da vida dela eu acabo que faço as minhas avaliações, então assim como eu achei que ela estava bem no inglês, uma pré avaliação que eu fiz eu trouxe isso pra escola, né poder tentar trabalhar isso, mas seu acho que ela não tá bem em uma coisa, eu trago também pra escola, então tem muito dialogo na verdade entre, eu sinto essa abertura muito grande né da escola pra eu poder tá trazendo tanto o que me angustia como que me deixa feliz e da escola tá me dando os retornos também que ela, das novidades daqui da escola, então a avaliação fica bem consensuada na verdade. (J.B.F.M)

A fala de J.B.M.F me remete a uma reflexão de Bassedas, Huguet e Solé (2008, p.183) no qual afirmam:

teremos que constatar aquilo que a criança faz na escola com aquilo que ela faz em casa para construirmos uma visão aberta da criança e para juntos, escola e família, aprendermos. É necessário não fazer muitas definições e valorizações fechadas: é mais pertinente propormos aspectos do futuro: “o que poderemos fazer para ajudá-la a ter vontade de aprender?”- “que coisa podemos exigir-lhes em casa para melhorar a sua autonomia?”.

Pensando nesse sentido quando os pais se inserem no processo de avaliação da criança, permitindo exercer um papel mais ativo é visível que o resultado desse processo se dar de forma pareada.

Para C.A.R sua participação nesse processo está voltado também com trocas de informações da relação escola-casa, buscando pelas observações comparações de situações que sua filha não fazia antes e faz hoje.

É eu acho que a participação não só minha como dos pais é de assim, no meu caso de ser surpreendida com coisas que a minha filha traz da escola, coisas que ela não fazia antes e passa a fazer, é sem uma rigidez também muito grande como falei de não ficar muito ansiosa que ela saiba contar até dez,

que ela saiba o nome de todas as cores, logo e tal, acho que é um processo natural. A escola dá o estímulo, os pais junto com a escola continuam esse estímulo e o processo de avaliação é a observação subjetiva do que ela não fazia ontem e faz hoje, basicamente isso, através da fala, através das funções motoras, de ela começar subir a escada sem um apoio e não fazia isso e agora faz, então sinal de desenvolvimento, sem uma rigidez de aprendizagem de conteúdo etc. Mais de um processo evolutivo que acho mais importante. (C.A.R)

A quinta pergunta abordava se a escola em que os filhos dos entrevistados estavam matriculados, dá abertura para que eles participem do processo de avaliação da aprendizagem, e de que forma. Todos os entrevistados afirmaram que sim, demonstrando uma relação harmoniosa com a escola e cientes da importância dessa participação no processo pedagógico da criança.

Para as entrevistadas G.P.C e C.A.R, as suas falas traduzem uma relação de colaboração entre casa-escola, onde as observações feitas em uma instituição, são sempre vinculadas a outras. Dessa forma G.P.C responde que “sim, se não desse não estaria fazendo parte dela. Procuo sempre me informar dos temas tratados no processo do desenvolvimento escolar para que também possa levar para o convívio em casa.”

C.A.R ressalta que, além da abertura que a escola permite para se inteirar do processo de avaliação, a instituição que sua filha está matriculada possibilita outros tipos de conversa que a envolva. Na sua fala ela cita o nome da escola que está representada pela sigla P.P, iniciais de um nome fictício.

A P.P dá abertura não só pra a gente participar do processo de avaliação, mas abertura para qualquer tipo de diálogo e abordagem que a gente queira fazer sobre os filhos, sobre qualquer tipo de situação e o processo de avaliação é só mais um deles eu acho, que eles estão dispostos a ouvir os pais e esperam também esse *feedback* dos pais, porque a educação principalmente nessa fase é meio que tudo uma coisa só, casa-escola, pelo menos eu vejo dessa forma. (C.A.R)

Os pensamentos de C.F.G.M e V.C.M se coincidem quando as suas participações estão envolvidas ao dialogar com pessoas da instituição, sobre o que seus filhos vivenciaram ao longo do dia.

Claro. É inclusive uma das principais virtudes do processo de educação da minha filha na sua escola. Essa abertura fica evidente no acesso a qualquer profissional (das auxiliares a diretora) e na inclusão e participação das atividades cotidianas, seja através do diário que permite uma comunicação bilateral diária ou no próprio contato pessoal, ao levar e pegar o filho na escola. (C.F.G.M)

Além disso, as reuniões e apresentações de projetos são momentos no qual a escola permitem esses pais participarem do processo de aprendizagem das suas crianças. Como vem relatado na fala de V.C.M, a escola “dá um acesso ilimitado. Pelo acesso diário a professores, coordenadores, sala de aula, equipe de apoio, reuniões periódicas e apresentação de projetos.”

Para M.C.N.S.A a escola permite uma abertura no processo de avaliação, quando ela é convidada a dar um *feedback* a escola. “Sim. Na escola somos convidados a darmos retorno.”

Já a fala de J.B.F.M traz um foco inovado, diante das posições dos pais anteriores, pois no seu caso, como sua filha tem necessidades educativas especiais, a escola promove um encontro com terapeutas que cuidam de LLL e assim estabelecem uma relação de trocas que permitem interferir em ambas avaliações. A escola com o seu processo pedagógico e os terapeutas com as terapias, assim as duas acabam cooperando com cada momento da evolução de LLL.

Dá sim, sempre deu né e a principal forma, como LLL é uma criança que tem a necessidade especial dela, uma maneira importante dessa abertura é a conversa com os terapeutas, uma coisa que acontece no mínimo duas vezes por ano, quando os terapeutas que tem outro olhar sobre LLL, porque assim, aqui é o olhar pedagógico, social, o terapêutico olha de uma maneira diferente, então assim, eles sempre trazem contribuições e a escola sempre aproveita isso e dar também a contribuição do pedagógico para a parte terapêutica e isso acaba interferindo na avaliação dos dois lados, ela também passa por um processo de avaliação, ela faz essa terapia intensiva, ela vai três vezes na semana pra terapia, lá no final eles também tem um relatório, uma coisa parecida né, só que com outro enfoque. E então assim, uma das maneiras da abertura é a abertura do espaço, pra a conversa com os terapeutas, e eu perceber que essa conversa não cai no vazio, que não é uma conversa proforma, que as sugestões que os terapeutas dão a escola faz questão de implementar né e da mesmo forma contraria, as sugestões que a escola traz, a escola sempre da contribuição também trazendo algumas coisas que acontecem aqui, a equipe terapêutica também

aproveita do outro lado, então essa é uma coisa importante pra a questão da avaliação. (J.B.F.M)

Nesse sentido, Bassedas, Huguet e Solé (2008, p.178) relatam que:

principalmente nos casos em que existem dificuldades mais graves ou necessidades educativas especiais, essa avaliação exige uma tarefa compartilhada e coordenada entre diferentes profissionais e com um *feedback* continuado no contexto familiar. A colaboração de outros profissionais menos envolvidos na tarefa cotidiana (professor substituto, psicopedagogo, fonoaudiólogo, etc.) apresenta uma avaliação mais complexa e global sobre as necessidades do referido aluno.

Dessa forma então, as autoras salientam a importância de compartilhar informações, no caso de crianças com necessidade educativas especiais, com os profissionais menos envolvidos no dia-a-dia da criança, como os terapeutas, pois estes tem uma visão mais profundo delas e pode muito contribuir no fazer pedagógico da escola, no que se associa com a fala anterior de J.B.F.M.

A última pergunta da entrevista era saber se os filho(s) dos entrevistados conversa(m) com eles sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola. Em caso afirmativo, o que essas crianças relatavam a esses pais.

Para V.C.M, sua filha conversa sim sobre o trabalho pedagógico da escola. “Sim, sempre! O prazer é que predomina no diálogo, fala sobre as descobertas, acontecimentos, dos colegas.”

Também, para C.F.G.M há esse diálogo entre ele a filha como na sua fala. “Sim, contando espontaneamente as atividades que lhe marcam mais. Quando não, perguntamos e estimulamos que ela nos passe sua versão das atividades diárias.”

Para G.P.C, o seu filho TTT conversa com ela sobre as vivências na escola, mas verbalizando com as possibilidades de sua faixa etária. “TTT sempre fala o que se passa na escola, sempre verbalizando as atividades do jeito que a idade permite.”

Já M.C.N.S.A afirma que o seu filho só fala das vivências quando é questionado. “Só quando perguntamos. Ele fala das vivências e das descobertas.”

Nos casos de C.A.R e J.B.F.M não há ainda esse diálogo concreto. Na primeira situação, esse diálogo verbal não acontece por sua filha ainda não ter

uma oralidade firmada por conta da pouca idade, mas demonstra por atitudes o que aprende de novo na escola.

Bom minha filha não conversa ainda não porque ela não fala tudo, mas mostra com clareza, com jeito, com palavras novas, com movimentos novos, com cambalhotas, com subir e descer escada, pular, aprendendo a pular agora, dança, música, de cantar, saber olhar um violão e saber que o violão se toca desse jeito e posicionar a mãozinha nas cordas na forma certa, enfim é dessa forma que ela me mostra. (CAR)

Já na segunda situação, sua filha por ter necessidades educativas especiais fala palavras soltas, mais que indicam algo que ela viveu na escola. Na sua fala ela exemplifica uma situação que sua filha usufruiu com o professor de música (BBB), no ano passado.

Bom infelizmente ela ainda não chegou a esse estágio, ela já fala, mas fala frases, fala as palavras soltas, ela diz o que quer, mas ela não tem esse discernimento pra falar sobre o processo pedagógico, pra relatar coisas que aconteceram na vida dela. Então assim, vez por outra, mas é muito raramente, ela traz algo assim, ela canta uma música, teve uma vez que ela foi pra o teatro, então ela falou dos instrumentos que ela viu quando foi ver a orquestra com BBB, acho que no ano passado. Quando tem um aniversário, ela fala de aniversário, então assim palavras soltas, palavras chaves que as vezes me dá a entender que aconteceu alguma coisa, mas não tem um relato ainda que eu espero acontecer em breve sobre a experiência da escola. (J.B.F.M)

As falas relatadas despertam a importância do modo de olhar que as crianças fazem das vivências durante o processo pedagógico, no qual demonstram o que ficou demais significativo e a fizeram sentir pertencente naquele momento de descoberta.

As crianças com sua simplicidade e espontaneidade natural, transferem nas suas falas a versão do que viveram durante o dia aos pais e estes podem relatar aos educadores o que seus filhos explanaram. Dessa forma, percebemos que a avaliação do processo de aprendizagem também é percebido na fala da criança, sujeito da avaliação. Essas crianças dão vida aos

contextos educativos e explicitam, por meio dessas vozes e ações, seus desejos e necessidades.

Em suma, percebemos nesse capítulo a relevância das famílias nesse processo de aprendizagem da criança, que naturalmente tange o processo de avaliação. Pelos relatos desses pais, pude perceber nas suas concepções de avaliação o que eles esperam, como a mensuração das vivências de seus filhos, sendo de forma construída e processual, suas inteirações com o ambiente, habilidades construídas e a relação harmoniosa com o outro.

A apresentação das conclusões da pesquisa está nas considerações finais, onde faço um apanhado geral de toda essa caminhada de pesquisa e aprendizagem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar quais as concepções das famílias sobre a avaliação da aprendizagem de seus filhos em uma escola particular de Educação Infantil de Salvador. Para a consecução desse objetivo foi realizada além da revisão bibliográfica, uma pesquisa exploratória no qual por meio do instrumento de entrevista pude conhecer a ótica dos pais acerca do tema avaliação da aprendizagem na EI.

A intenção dessa pesquisa foi traçar algumas considerações e reflexões a respeito das concepções dos pais sobre o processo de avaliação dos seus filhos na instituição onde estão matriculados.

Sabendo-se que a escola e a família são as primeiras instâncias socializadoras da criança, é preciso buscar entre essas duas instituições uma relação pareadora, colaborativa e harmoniosa para compreender como está se desenvolvendo o processo de avaliação da aprendizagem, nesse caso, na EI.

A busca de uma harmonia entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo que tem como foco a formação de um indivíduo autônomo e singular.

Durante a realização desse trabalho, inúmeras leituras me deram base para compreender a importância da avaliação ser analisada e compartilhada com a família e, além disso, permitir que esses pais também possam se inteirar desse processo, sendo co-autores ativos, não telespectadores do que acontece no ambiente escolar.

A família ajuda a matizar ou ajustar as hipóteses dos educadores, fornecendo a eles informações sobre o que a criança pode mostrar fora de outros contextos educativos.

Diante de toda a análise feita no capítulo IV, conhecemos a ótica dos pais entrevistados sobre a concepção de avaliação da aprendizagem na EI e chegamos à conclusão de que alguns deles para compreender esse tipo de avaliação e explanar a sua concepção, compararam com a avaliação conteudista, que acontece já nas séries iniciais do ensino fundamental,

abordando a política de se avaliar a criança naquele momento, por meio do instrumento de prova.

Também percebi que a subjetividade aparece num relato como uma característica da avaliação na EI, pois não há matérias específicas de aprendizagem. É importante salientar que na EI os conteúdos existem e são vividos pelas crianças, mas indiretamente, paralelo ao seu processo de aprendizagem, sem qualificações ou angústias.

Analisando os dados também pude perceber que a avaliação na EI é entendida como o desenvolvimento de habilidades de acordo com a idade da criança. A afetividade, a sociabilidade e a interação com o ambiente merecem destaque nesse processo.

Para esses pais o que deve ser levado em consideração pelo professor no processo de avaliação da aprendizagem de seus filhos, é a sensibilidade do docente compreender a criança nesse processo como um ser singular, numa perspectiva particularizada, para poder perceber no seu desenvolvimento seus progressos e ao avaliar, entender o que foi conquistado ou não. Mas além disso, se atentar às questões cognitivas e à vivência, respeitando a diversidade existente.

Saliento que na visão dos entrevistados, a socialização com os colegas é o essencial para que seus filhos aprendam nessa importante etapa de educação.

A participação desses pais no processo de avaliação dos seus filhos tem por base o diálogo, no qual trocam *feed-back* com os educadores da escola sentindo-se pertencidos a esse processo. Também, as suas participações em reuniões e eventos promovidos pela instituição é uma maneira de compartilhar interesses e saberes das crianças diante das vivências do projeto.

Entre outros pontos, é interessante ressaltar que as falas relatadas despertam a importância do modo de olhar que as crianças fazem das vivências durante o processo pedagógico. Ao contar as suas famílias sobre seus momentos no ambiente escolar, demonstram o que ficou demais significativo e a fizeram sentir pertencente naquele momento de descoberta.

Nesse caso existe uma parte da avaliação designada às crianças, que de uma forma natural pontuam o que lhe foi mais importante nas vivências, o que mais aprendeu e o que foi aprimorado.

Em suma, percebo a delicadeza que a avaliação da aprendizagem na EI possui para a criança, no seu processo de desenvolvimento e sucesso escolar e para o educador, para uma reflexão contínua sobre a sua prática, ajustados para o processo de aprendizagem individual da criança e de todo grupo. Ressalto a importância que as famílias possuem nesse processo de avaliação no que remete a vida escolar, no qual seus filhos estão inseridos, onde partilhar com os docentes contribuem para obtenção de elementos para conhecer ainda mais a criança.

Durante toda a pesquisa, conheci mais sobre a temática da avaliação especialmente na EI, pude observar nas entrevistas o que os as famílias pensam e acham importante nos viés de avaliação, na etapa da EI e sobre as vivências de seus filhos no ambiente escolar. Dentre tudo que foi aprendido, penso que a relação entre a família e a escola deve sempre manter canais de comunicação e relações de confiança e compreensão, pensando no bem estar da criança.

## REFERÊNCIAS

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella. Avaliar a realização do projeto educativo: uma experiência compartilhada entre pais e professoras das pré-escolas. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Participação e qualidade em educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p.65-69.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 20, de 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 16-17, 9 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Educação infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação**. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 1.147/2011. Brasília, MEC, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CURY, Maria Cecília. Entrevista interativa: A abordagem inovadora do Reggio Emilia. **Portal Educacional**. Disponível em:

<[http://www.educacional.com.br/entrevistas/interativa\\_adultos/entrevista002.as](http://www.educacional.com.br/entrevistas/interativa_adultos/entrevista002.as)  
p>. Acesso em: 5 jan. 2014.

DESPREBITERES, Lea; TAVARES, Marialva Rossi. **Diversificar é preciso...:** instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem. São Paulo. Editora Senac, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2008.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social:** uma questão de políticas públicas. Ciência & saúde coletiva [online]. 2005, vol.10, n.2, p. 357-363. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. **O registro da prática docente:** instrumento de formação e transformação. Revista de educação CEAP, Ano 11, n. 40. Salvador, mar. 2003. p. 43-54.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar.** 19. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2008.

MAIA, Mônica Maria Carvalho. **Perspectivas e Práticas de Avaliação na Educação Pré-escolar:** o público e o particular. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2007.

MICARELLO, Hilda. **Avaliação e transições na Educação Infantil.** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte, nov. 2010.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut. et al. Diário da professora e do aluno da educação infantil: instrumentos de análise na ação educativa. In: **IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE / III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia.** Comunicação 1528, PUCPR, 2009.

RAIZER, Cassiama Magalhães. **Portfólio na Educação Infantil:** Desvelando possibilidades para a avaliação formativa. 2007. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ROCHA, Nívea M. Fraga; BARRETO, Maribel Oliveira. Metodologias Qualitativas de Pesquisa. In: ROCHA, Nívea M. Fraga; LEAL, Raimundo Santos; BOAVENTURA, Edivaldo Machado. (Orgs.) **Metodologias Qualitativas de Pesquisa.** Salvador: Fast Design, 2008. p. 13-24.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **AVALIAÇÃO**: Concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: C.S.Vasconcellos, 1993. (Cadernos pedagógicos do Libertad; v.3).

## APÊNDICES

## APENDICE A- FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

## I. IDENTIFICAÇÃO:

Nome: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Telefones: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Número de filhos \_\_\_\_\_

Número de filhos matriculados na escola: \_\_\_\_\_

Ciclo no qual o (s) filho (s) está/estão matriculado (s): \_\_\_\_\_

Tempo Parcial ( )                      Tempo Integral ( )

## APENDICE B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Faculdade de Educação  
Departamento de Educação I  
Curso de Licenciatura em Pedagogia

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar da Pesquisa A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A VOZ DE FAMÍLIAS DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE SALVADOR, um trabalho acadêmico obrigatório para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFBA da estudante Camila de Andrade Coelho Silva.

Se concordar em participar desta pesquisa, por favor, leia o Termo de Consentimento abaixo e assine no local indicado. Observamos que será garantido o anonimato das informações coletadas. Esse Termo contém informações sobre essa pesquisa. Informações adicionais podem ser solicitadas a qualquer momento de sua participação.

Eu, \_\_\_\_\_ cargo ou função \_\_\_\_\_, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) nesse estudo. Declaro que obtive todas as informações necessárias bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente de que:

I) A professora-orientadora dessa pesquisa é a Prof<sup>a</sup> Ms. Marlene Oliveira dos Santos (UFBA-FACED).

II) O objetivo geral da pesquisa é investigar quais as concepções das famílias sobre a avaliação da aprendizagem de seus filhos em uma escola particular de Educação Infantil de Salvador. Os objetivos específicos são: Identificar qual o ponto de vista das famílias sobre a avaliação de aprendizagem de seus filhos matriculados na pré-escola em uma escola particular de Salvador; Compreender o que as famílias consideram importante no processo de avaliação da aprendizagem de seus filhos; Analisar, na perspectiva da família qual a sua participação no processo de avaliação da aprendizagem de seus filhos

III) O trabalho da pesquisa será desenvolvido através da utilização dos seguintes procedimentos: Entrevista individual com o auxílio de um gravador.

IV) O período para a realização da pesquisa de campo é de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

V) A minha participação nesta pesquisa é voluntária e tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;

VI) A desistência não causará qualquer prejuízo a mim ou a instituição de Educação Infantil;

VII) Será garantida a preservação da identidade e privacidade de todos os participantes da pesquisa. Os resultados obtidos serão apresentados de forma a não identificar o nome da instituição de Educação Infantil. O meu nome não aparecerá em nenhum outro lugar, a não ser neste Termo de Consentimento.

VIII) Os dados obtidos por meio de minha participação serão de uso exclusivo dessa pesquisa.

IX) As informações e os resultados obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para finalidade científica: publicação, apresentação em seminários e outros eventos acadêmicos e de divulgação da pesquisa, mantendo-se sempre o anonimato das informações.

X) O contato que tenho para recorrer à responsável geral pela pesquisa, caso haja algum problema durante sua realização, é o telefone (71) 9151-0833, da professora-orientadora.

Li todos os itens acima, tive minhas dúvidas esclarecidas e concordo em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_